

## **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE**

Ao primeiro dia do mês de junho de 2007, das 13:00 às 17:00 horas, estiveram reunidos no auditório do colégio Liceu, no município de Jaguaribara, os representantes das instituições membros deste comitê, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I) Abertura/Informes; II) Exposição do DNOCS sobre os problemas ambientais na bacia hidráulica do Açude Castanhão – Sr. Getúlio Carneiro; III) Apresentação da nova direção da COGERH quanto às propostas e perspectivas para essa nova administração da companhia na região do Médio Jaguaribe; IV) Encaminhamentos. O Presidente do comitê, Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro, representante da Câmara Municipal de Solonópole, o Vice-Presidente, Sr. José Daciso Maia de Sousa, representante da Associação Comunitária João Firmino de Almeida – AJFA, de Ererê, e o Secretário Geral, Sr. Francisco Lurivan Miranda Pinheiro, representante da Prefeitura Municipal de Iracema abriram à reunião dando boas vindas e desejando bom trabalho a todos. Em seguida deu-se início a discussão do primeiro ponto da pauta, onde o Sr. André Leitão Mavignier, representante do DNOCS, se apresentou e justificou a ausência do Sr. Getúlio Carneiro naquele momento, que a princípio seria o responsável pela apresentação, no entanto, o mesmo se encontrava em outro compromisso agendado anteriormente, ficando este responsável pela exposição. Porém, ressaltou que o Sr. Getúlio Carneiro, responsável pela administração do complexo Castanhão estará sempre à disposição de todos. Posteriormente entregou o material aos presentes e começou falando que a implantação do empreendimento foi proposto para duas etapas: 1ª Etapa: Infraestrutura básica – cadastro fundiário e desapropriações; construção da barragem; portal de acesso; reassentamento urbano; reassentamento rural; variante da BR 116; reconstrução da malha viária; reconstrução da rede elétrica; reconstrução da hidráulica; desmatamento racional da bacia hidráulica; estação ecológica; estação sismográfica; estação climatológica; estação de piscicultura e parque aquícola. Já a 2ª Etapa: Estratégias de desenvolvimento regional – segurança hídrica; interligação com o canal da integração; ampliação da oferta de alimentos; sustentabilidade dos reassentamentos; arranjos produtivos locais; preservação ambiental e ecológica; atividades turísticas e de lazer; zoneamentos ecológicos, econômicos e territoriais e produção de energia. Em seguida começou a apresentar as ações do DNOCS no Complexo Castanhão. Expôs uma foto de março de 2004, período em que o açude encheu devido as fortes chuvas e contrariando a expectativa dos profetas que previam algo em torno de dez anos para encher. Relatou sobre algumas das principais finalidades da obra, tais como: Abastecimento – principalmente da região metropolitana de Fortaleza e Complexo Industrial-Portuário do Pecém, além de diversos centros urbanos do Baixo Jaguaribe, através do Eixão; Irrigação – aproveitando uma área irrigável de 30.000ha de terras férteis no Chapadão do Castanhão, Jaguaribe-Apodí, incluindo o Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas, com 10.600ha de área; Transposição – sendo este reservatório considerado o pulmão da integração de águas da Bacia do Rio São Francisco. Além destas finalidades, o Castanhão servirá para múltiplos usos, como o controle de enchentes do Baixo Jaguaribe; aproveitamento hidrelétrico, através de uma usina de potência instalada; piscicultura, com produção de 3.800 toneladas de pescado por ano, proporcionando absorção de mão-de-obra de 2.300 famílias e produção de alimentos para outras 21.000 pessoas por dia. Falou dos benefícios gerados, como turismo e lazer, além 2.500.000 beneficiados diretamente. Explicou o esquema de operação do açude, exibindo uma figura de perfil do reservatório, mostrando a localização da crista da barragem, volume útil, vertedouro, tomada d'água e volume morto, comprimento máximo do lago (48Km); volume de acumulação normal (4,45 bilhões de m<sup>3</sup>); volume total do reservatório (6,7 bilhões de m<sup>3</sup>), área da bacia hidráulica (325 Km<sup>2</sup>). Após essa apresentação da infraestrutura, o Sr. André Leitão relatou sobre a estrutura administrativa, formada por um Conselho gestor; um Comitê Executivo/Diretorias e CEST; uma Assessoria de Planejamento e a Coordenação Geral, tendo como responsável, o Sr. Getúlio Carneiro. Essa Coordenação Geral se divide em cinco núcleos: 1 – Gerenciamento Hidroambiental: Tem como função acompanhar e fiscalizar as ações, serviços e obras na implantação do Complexo Castanhão, sendo a supervisão realizada pela seguinte equipe técnica: Engenheiro André Mavignier, Geógrafa Keila Margareth,

Agrônomo Luiz Paulino, Veterinário Neuton Sindeaux e o Geólogo Francisco Brígido. O expositor relatou sobre o trabalho realizado por esse núcleo, no qual o mesmo está inserido e tem melhor conhecimento das ações executadas. Ele falou acerca dos convênios existentes e propostos com outros órgãos técnicos, como a parceria com a UFRN (Estudos sísmicos), com a UFC (Estudos fitoterápicos), com o IBAMA (Estação ecológica), com a FUNCEME (Estações climatológicas) e com a UECE (pesquisas nas ilhas). Falou dos contratos, como o de Monitoramento Automático Remoto; com a CARBOMIL (desmatamento da bacia) e CETREDE (produção do ZEE). Além disso, destacou outras funções deste núcleo, tais como atuar nos Comitês das Bacias do Baixo e Médio Jaguaribe, nas reuniões de operação/alocação de água (COGERH/DNOCS) e nas demais reuniões de operação do Vale. Dando continuidade, o representante do DNOCS expôs os resultados já alcançados através das ações deste núcleo, como o comunicado para desocupação das ilhas do entorno do lago (abaixo da cota 110), exibindo fotos da equipe realizando o trabalho de visita aos moradores; O cadastro de pescadores na Bacia hidráulica; A colocação de placas; Atendimento a determinações do Ministério Público sobre poluição; Encaminhamento de proposta de novo convênio com a UFRN; Solicitação de novo convênio com a FUNCEME; Participação do CSBH Médio Jaguaribe sobre as ações no complexo; O recebimento do projeto de Monitoramento Automático; A alimentação diária de dados dos reservatórios da Bacia no sistema de informações do DNOCS e disponível na internet e as atividades de reassentamentos, através do DNOCS, Estado, Secretaria das cidades e Associações. Salientou, ainda, sobre as metas a serem alcançadas, como a renovação dos convênios de estudos sísmicos; Renovação dos convênios de estudos climáticos; Retomar os contatos com o IBAMA sobre a Estação Ecológica; Implantação do Monitoramento Eletrônico para o reservatório e dar andamento aos contatos com a ANA a respeito dos contratos de concessão e cobrança de água (exigência do TCU). Em seguida exibiu o site do DNOCS, disponível ao público para consultas e obtenção de informações mais detalhadas, com ficha técnica de todos os reservatórios administrados pelo órgão e seu o monitoramento atualizado diariamente; 2 – Administração da Barragem: Tem como função acompanhar e fiscalizar a administração de materiais e serviços na área do barramento do Complexo Castanhão, sendo a supervisão realizada pela seguinte equipe técnica: Ulisses de Souza, Braulino e Audísio Girão. Informou das ações realizadas por esse núcleo, destacando os contratos feitos com duas empresas de segurança, a Corpo de Segurança do Nordeste – CSN e a Serviços Técnicos LTDA-SERVNAC. Essas empresas atuam com quarenta homens fazendo a proteção do complexo, considerando esse quantitativo insuficiente, porém, é o que se pode contratar de forma emergencial, ressaltando que os grandes problemas registrados no que se referem a segurança são os roubos e a insistência da população em querer trafegar sobre a parede do açude, já que no início não havia fiscalização e essa prática era comum, com isso os transeuntes se habituaram a realizar essa travessia, acreditando, equivocadamente, que aquela via tinha sido feita para tráfego, e agora com a permanente presença de seguranças e o controle estabelecido, eles resistem em acatar a proibição; 3 – Manutenção e Equipamentos: Tem como função acompanhar e fiscalizar as ações e serviços da empresa de operação e manutenção dos equipamentos implantados na área da barragem do Castanhão, sendo a supervisão realizada pela seguinte equipe técnica: Engenheiro Getúlio Maia, Engenheiro Roberto Sérgio e o Engenheiro Roberto César; 4 – Reassentamento Rural: Tem como função acompanhar e fiscalizar as ações, serviços e obras no que se referem ao reassentamento das populações rurais afetadas pela desapropriação das áreas da barragem, sendo a supervisão realizada pela seguinte equipe técnica: Engenheiro Ricardo Brígido, Engenheiro Alan Kardec, Socióloga Regina Gouveia, Pedóloga Neíria Rodrigues e o topógrafo Assis Teles. Ele relatou um pouco sobre o trabalho feito por esse núcleo, informando os convênios existentes com a Secretaria das Cidades (Reassentamento), SEBRAE, SOHIDRA (Aduadoras), SAS (Bolsa Construção e outros) e DERT (Estrada Jaguaratama/Alagamar); 5 – Sistemas Produtivos: Tem como função acompanhar e fiscalizar as ações da estação de piscicultura, projetos embriões, unidades de processamento de pescado, atividades de implantação dos parques aquícolas do Complexo Castanhão, bem como implementação dos programas turísticos, sendo a supervisão realizada pela seguinte equipe técnica: Engenheiro Francisco Jaime, Engenheiro João Paulo e a Agente Administrativa Ana Costa. O

expositor expôs os contratos formados por esse núcleo, como os de manejo da estação de piscicultura; Instalação dos parques aquícolas; Industrialização e beneficiamento do pescado; Atividades agropecuárias (fruticultura, apicultura, ovinocaprinocultura e implantação das atividades turísticas). Concluindo a apresentação, o Sr André Mavignier falou da proposta de buscar novas parcerias, com a Capitania dos Portos, Polícia Federal, Polícia Ambiental (através do IBAMA), prefeituras e associações e finalizou com a citação da profecia do beato que dizia que o sertão ia virar mar. Após a apresentação do DNOCS foi aberto para as intervenções da plenária onde se formou uma mesa com todos os representantes deste órgão, presentes na reunião, para responder as perguntas. O primeiro a solicitar a palavra foi o Sr. Abdias Monteiro Filho, representante da EMATERCE, de Jaguaribe, onde fez duas indagações, sendo que a primeira interrogação questionava o que estava faltando para o DNOCS formalizar a parceria com a FUNCEME, depois quis saber quanto à outorga para a piscicultura, se o DNOCS não poderia assumir essa função para agilizar o processo. Em resposta a primeira pergunta, foi respondido que o convênio com a FUNCEME já foi feito e enviado a essa instituição, estando apenas aguardando a resposta. Já no que diz respeito à outorga, o DNOCS não possui essa atribuição, somente a COGERH tem essa função, no caso dos açudes estaduais, e a ANA, no caso dos açudes federais, ressaltando que já houve a tentativa de transferir essa atribuição para o órgão estadual, no entanto, a Secretaria de Planejamento da União impediu, argumentando que, como a água do reservatório pertence a União, logo, somente a o órgão federal é que deve emitir o direito de uso. Posteriormente, o Sr. Carloto Pinheiro Maia, representante da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, solicitou que relatassem sobre o processo de grilagens que vem sendo verificado nas ilhas devido à invasão e em que plano está a proposta de construção da estrada de contorno. Em resposta, foi afirmado que, no que se refere aos registros de invasão, já existe um trabalho de fiscalização sendo feito nas ilhas. Porém, ressaltou que na história dos assentamentos no Brasil tem se verificado uma prática comum, onde após a indenização os moradores não desocupam a área desapropriada, tornando problemática a retirada dessa população posteriormente, destacando que o DNOCS jamais utilizou de força para retirar moradores de áreas indenizadas, pois o órgão sempre espera que as pessoas tenham consciência de que, a partir do momento em que a área for vendida, ela passa a pertencer a União. Porém, infelizmente, os desapropriados costumam usar de má fé, recebendo a indenização e não saindo das residências. Ressaltou, ainda, que, quanto ao fato das apropriações indevidas, deve-se salientar que a atitude irregular não se restringe apenas a quem vende terras indenizadas, mas, também, de quem as compra, pois é inadmissível que alguém compre um terreno sem a documentação. Enfatizou, ainda, que, geralmente essas denúncias não têm nenhuma fundamentação, pois quando é enviada a fiscalização ao local para averiguar o fato, não há nenhuma testemunha que confirme a suspeita, todos ficam calados, não denunciam, ou seja, prevalece a omissão, destacando que o único caso comprovado até agora, foram tomadas as devidas precauções, sendo o responsável processado, onde o caso já passou pela instância estadual e já se encontra na instância federal de justiça. Quanto ao segundo questionamento, foi respondido que a estrada de contorno terá sua construção iniciada em breve, pois já está sendo feito o desmatamento da área. Em seguida, o Sr. Francisco Lurivan, fez uso da palavra para parabenizar à apresentação, solicitou que houvesse um estreitamento de relação entre o DNOCS e o comitê na realização das ações na bacia, pois muitas atividades são realizadas sem a consulta ao colegiado, ou seja, de cima para baixo, resultando, geralmente, em um processo inverso, onde o comitê é o último órgão a se inteirar do ocorrido e pediu que fosse informado como se encontra o processo de criação da estação ecológica. Em resposta, foi respondido que o andamento da estação ecológica tem sofrido alguns empecilhos, pois ela foi pensada para uma área de 12 mil hectares, depois foi verificado que com esse tamanho era inviável, com isso aumentaram para 24 mil hectares. Após o IBAMA analisar, foi reduzido para 18 mil hectares. Portanto, devido essas constantes mudanças no tamanho da área a ser utilizada, resultou no atraso para início da execução do projeto. Aproveitando o assunto em questão, o Sr. Raimundo Augusto Sobrinho, representante da Associação Comunitária Santa Terezinha, de Ererê, relatou que um cidadão do seu município que possui um terreno em Iracema, na área a ser utilizada para a implantação da estação ecológica, e que, à algum tempo atrás, pretendia vendê-la, foi informado por um deputado que

aquela área seria indenizada para a instalação deste projeto e que, portanto, ele aguardasse a desapropriação. Porém, isso já faz quatro anos e nada foi encaminhado. Fato que tem gerado cobrança por parte do proprietário. Depois quis uma explicação da origem dos boatos de semanas atrás, alardeados nos meios de comunicação da região sobre o suposto risco de arrombamento do Castanhão, e como fazer para adquirir alevinos via DNOCS, interrogando se esse material é destinado somente aos açudes públicos ou os açudes privados também podem ser inseridos, e, se a obtenção dos mesmos é através da prefeitura ou pode ser por meio de associação. Em resposta, foi respondido que, acerca do vazamento na parede do açude é uma prova de que não se deve permitir a presença de pessoas sem autorização sobre a parede, uma vez que esses boatos surgiram através de um cidadão que teve acesso ao local, onde fazia uma visita e observou um elevado volume d'água saindo de um determinado ponto da parede, sendo este um processo normal, já que esta água é destinada a drenar as máquinas. No entanto, essa pessoa sem esse conhecimento, saiu divulgando uma informação inverídica e causando preocupação a população do baixo Jaguaribe, sendo preciso os técnicos do DNOCS irem até as rádios desfazer o equívoco e acalmar os moradores desta região. Portanto, foi garantido que o complexo encontra-se sem nenhum problema de infraestrutura física. Já no que se refere aos alevinos, ele tem o propósito de atender a todos independentes de ser açude público ou privado. Entretanto, no caso de uma associação, é necessário o envio de uma documentação de solicitação, incluindo o estatuto da organização. Dando continuidade, o Sr. Charles Teles, Técnico da COGERH de Limoeiro do Norte, relatou que, no que se refere à retirada da população da área desapropriada, caso demore muito ficará ainda mais difícil realizar essa tarefa, principalmente se a justiça autorizar a permanência dos mesmos no local, além disso, ele quis saber sobre o desmatamento que a empresa CARBOMIL vem realizando nas ilhas do açude Castanhão. Em resposta, foi exposto que esse desmatamento é feito com o consentimento do DNOCS, pois trata de um contrato firmado entre o órgão federal e a empresa, onde foi autorizado somente o desmatamento da área da bacia hidráulica e do seu entorno, ou seja, abaixo da cota 110, e que, portanto, não há nenhum prejuízo ao meio ambiente, já que é uma área que está propensa a ser coberta pela água e aproveitou para informar que a CARBOMIL já está saindo do local, uma vez que já foi desmatada cerca de 98% da área. O Sr. Luiz Gonzaga Nogueira, representante da Entidade Gestora Curupati III, de Jaguaribara, expôs que os membros do comitê estavam ali reunidos há dois dias, participando de uma capacitação sobre Noções básicas em elaboração de projetos, sendo que na simulação da elaboração de um projeto, foi utilizado o projeto de viabilização de reflorestamento da área do Curupati, ressaltando que, ao final, os membros do comitê tinham saído com o projeto praticamente pronto para ser colocado em prática, logo, ele gostaria de saber se o DNOCS tem interesse em apoiar projetos deste tipo. Foi respondido que o DNOCS está aberto para discutir com a sociedade, principalmente aqueles atingidos diretamente pelas obras hídricas, formas de melhorar a qualidade de vida dos moradores das margens dos reservatórios, em especial através de projetos com fundamentação teórica e prática. A Sra. Goretti de Fátima Ximenes Nogueira, representante da Secretaria dos Recursos Hídricos, solicitou que fosse feito um resgate acerca da outorga federal, para que ela pudesse dirimir algumas dúvidas, interrogando se o Estado precisa se reportar diretamente à ANA sobre as águas federais nos Estados, já que as águas estaduais são de responsabilidade da Secretaria dos Recursos Hídricos. Em resposta, os representantes do DNOCS passaram a palavra para o Sr. João Lúcio, Diretor de Planejamento da COGERH, pois ele estava mais apto a responder. Segundo ele, a visão atual é de gerenciamento conjunto entre ANA, Estado e DNOCS, já havendo, inclusive, uma norma da Agência Nacional das Águas para facilitar a liberação da outorga nos açudes federais nos Estados. Ele informou, ainda, que o Estado do Ceará já assinou esse contrato com a ANA, na gestão anterior, para usar o poder de deliberação dessas outorgas, sendo um dos pioneiros no Brasil. A Sra. Maria Joeni Bezerra Dantas, representante da SEMACE, expôs que, de acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), após a indenização de uma área ela deve ser totalmente desabitada, no entanto, resgatando a questão da estação ecológica, ficou subentendido que a área foi desapropriada três vezes, pois segundo o representante do DNOCS, primeiro foi determinada em 12 mil hectares, depois foi elevada para 24 mil hectares e posteriormente reduzida para 18 mil hectares. Em

resposta, o representante do DNOCS argumentou que houve um equívoco no entendimento da exposição, pois não é que a região foi desapropriada três vezes, mas essa variação das dimensões da área ocorreu ainda em um momento preliminar, quando o IBAMA ainda estava projetando os estudos para a instalação do empreendimento e somente depois é que haverá a fase de desapropriação. O Sr. Hermilson Barros de Freitas, Coordenador do Núcleo Técnico da COGERH, de Limoeiro do Norte, indagou se dentre esses projetos do DNOCS está contemplado a criação de um dique de contenção na cidade de Jaguaratama, para proteger este município de supostas enchentes advindas das águas represadas do Castanhão, em períodos que o reservatório encha. Em resposta, foi informado que a execução desta obra ainda continua sendo estudada, porém, enfatizou que esta é uma ação que não é da alçada do DNOCS, nem do governo federal, mas sim do governo Estadual. Já a Sra. Neyla Cristina de Oliveira Lima, representante da CAGECE, de Russas, questionou se é realizado o monitoramento da qualidade da água do Castanhão. Em resposta, foi informada que o DNOCS ainda não iniciou o estudo de monitoramento qualitativo da água do Castanhão, entretanto, a empresa já foi contratada, já se instalou no local e começará a executar este serviço em breve, ressaltando que está comprovado que a água do açude é de ótima qualidade. O Sr. Marx Carrieri aproveitou para parabenizar o DNOCS por dar início ao monitoramento da qualidade da água, pois a divulgação desses dados pela COGERH tem sido uma reivindicação constante dos comitês. Ao final desta colocação do presidente do comitê, foi concluída a discussão deste tema. Posteriormente, deu-se início o debate sobre o segundo ponto da pauta que se tratava da apresentação da nova direção da COGERH quanto às propostas e perspectivas para essa nova administração da companhia na região do Médio Jaguaribe. O Sr. João Lúcio iniciou essa apresentação, relatando que a nova diretoria da COGERH está há pouco tempo no cargo e ainda estão se inteirando dos projetos deixados da gestão anterior e planejando os projetos futuros, para isso, informou que a companhia estará realizando nos dias 05 e 06 de junho de 2007, o seu Seminário de Planejamento Estratégico, para reavaliar as ações em andamento e as ações futuras. Em seguida, deu continuidade a apresentação falando do que está programado para ser realizado este ano pela companhia, especificando o que já estava em processo de execução. Entre essas atividades estão: 1 – Revisão de Plano de Bacia (Metropolitana, Jaguaribe e Curu) e Elaboração de Plano de Bacia (Acará, Coreaú e Litoral), ambas atividades já iniciadas, com TR em elaboração e os recursos são oriundos do PROÁGUA GESTÃO NACIONAL; 2 – Realização de Estudos Técnicos, como: Aproveitamento do Canal da Integração, Dunas Paracuru, Dunas Pecém, Beberibe, Projeto piloto para validação da vazão regularizada de açudes e projeto piloto para determinação dos coeficientes de descarga dos sangradouros de açudes monitorados pela COGERH, atividades ainda não iniciadas. E outros estudos que já começaram a ser realizados, como: Curva de 24hs para o Ceará, Eventos críticos, Discretização de séries de valores mensais em valores diários e a construção do açude Manoel Lopes; 3 – Implantação de rede de monitoramento das águas subterrâneas, tendo iniciado os regionais, mas faltando começar os da região Metropolitana e Fortaleza; 4 – Consistência das informações do banco de dados dos poços; 5 – Acompanhamento da caracterização geométrica e hidrogeológica da aluvião do rio Banabuiú; 6 – Recuperação, Preservação, Monitoramento e Gestão das 20 maiores fontes (nascentes) nas microbacias do Alto Salgado; 7 – Implementação de um modelo de gestão da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF; 8 – Cimentação e tamponamento dos poços abandonados na região do Cariri; 9 – Atendimento de aglomerados urbanos com mananciais deficitários, 10 – Avaliação e recuperação da rede de telemetria de poços, fontes e rios sob supervisão da COGERH, incluindo manutenção, adequação e atualização tecnológica de comunicação e ampliação da capacidade do enlace de comunicação de dados e imagens entre Nova Jaguaribara e Fortaleza. Todas essas atividades não tendo iniciadas devido a falta de definição de fonte de recursos; 11 – Sistema para Alocação Gerenciada da Água – SIGA, tendo iniciado e instalado para teste na COGERH os módulos de reservatório e hidrologia. Processo na SRH; 12 – Plano de gestão de águas subterrâneas no Apodi e no Araripe, tendo sido iniciado e elaborado o TR e está sendo realizada revisão do orçamento; 13 – Definição de mecanismos para alocação de água em períodos de escassez hídricas, tendo iniciado e desenvolvido pelo professor visitante da Columbia University Francisco de Assis Souza Filho; 14 –

Desenvolvimento do portal web para internet e intranet, objetivando melhorar e facilitar o acesso de usuários para consultas as informações, tendo iniciado e a licitação está em andamento na PGE; 15 – Adquirir e instalar novos equipamentos, tendo iniciado; 16 – Implantar e manter a ERP, tendo iniciado e a implantação encontrar-se em andamento; 17 – Mapeamento digital e atualização da base cartográfica dos recursos hídricos do Ceará, não tendo iniciado ainda devido a falta de definição de fontes de recursos; 18 – Cálculo da capacidade de armazenamento atual dos açudes monitorados, tendo iniciado e já realizadas batimetria dos açudes Santa Rosa/Amontada, Forquilha e Farias de Sousa/Sobral; 19 – Acompanhamento da implantação do SOL (Sistema de Outorga e Licença), tendo iniciado e encontrando-se em fase de correção de inconsistências; 20 – Captação de recursos de fontes alternativas, ainda não tendo iniciado; 21 – Análise da viabilidade econômica – financeira dos projetos, já iniciado e realizado estudo da Schincariol; 22 – Atualização do nível tarifário, já iniciado e enviado para Brasília para contratação de consultor; 23 – Organização e fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas e o apoio à organização de usuários e alocação negociada de água, tendo iniciado; 24 – Monitoramento quantitativo dos açudes, monitoramento qualitativo, manutenção de reservatórios, canais, adutoras e estações de bombeamento e análise da segurança de barragens instrumentadas, todas essas atividades sendo realizadas de forma continuada; 25 – Monitoramento quantitativo em seções dos principais rios, não tendo iniciado por falta de um técnico específico (o sistema de informações não está preparado para alimentar o banco de dados); 26 – Projeto piloto para validação da vazão regularizada e para determinação dos coeficientes de descarga dos sangradores de açudes monitorados pela COGERH, não tendo iniciado, pois está sendo revisto o cronograma pela GEPRO E GEDOP; 27 – Realização do Diagnóstico da mortalidade de peixes; 28 – Realização de projetos e estudos especiais, como: Implementar o projeto de diagnóstico ambiental Acarape/Pacoti, tendo sido cancelado, devido atraso na elaboração do calendário anual, Avaliar aplicativos de modelagem da qualidade da água, não tendo iniciado, devido a falta de pessoal e Desenvolver projeto piloto para definir índice de estado trófico, também não tendo iniciado, pois ainda estão sendo feitos os contatos com universidades (CEFET E UFPB) para firmar parcerias, Realizar inventário ambiental dos açudes e controlar macrófitas aquáticas em reservatórios, tendo iniciado, Desenvolver metodologia para consistência e validação de resultados laboratoriais e Elaborar o manual de referência da GEDOP; 29 – Acompanhamento físico da elaboração do Plano de Operação e Manutenção e Elaboração do relatório anual de segurança, tendo iniciado; 30 – Elaboração de planos emergenciais (PAE) de reservatórios, tendo também iniciado e foi paralisado no primeiro açude (Olho d'água) por problemas com a empresa contratada para a execução do levantamento topográfico, devendo ser realizada uma nova licitação; 31 – Realização de visitas técnicas, não tendo iniciado, mas reprogramada para o segundo semestre; 32 – Substituição da Adutora de Pacajús, TRs elaborados; 33 – Operação e ampliação do sistema de macromedição, automação e telemetria, não tendo iniciado, pois foi realizado um replanejamento nas ações; 34 – Planejamento, projeto e implantação do sistema de supervisão e controle dos canais de adução de água da COGERH, não tendo iniciado e sem previsão de início, devido ao vínculo com a obra do segundo e terceiro trecho do Eixão. Finalizada a exposição do Diretor de Planejamento da COGERH, foi aberto a perguntas da plenária, no entanto, não houve nenhuma intervenção a ser feita, logo deu-se por encerrado esse ponto da pauta. Posteriormente, o Sr. Marcos André Lima da Cunha, Técnico do Núcleo de Gestão da COGERH de Limoeiro do Norte, informou que, apesar de não constar na pauta, estava previsto para aquele encontro a definição de parâmetros para a operação dos açudes isolados da Sub-Bacia do Médio Jaguaribe, porém, pelo adiantado da hora, tornava complicada essa discussão. De toda forma, colocou para a plenária decidir se queria continuar com a reunião ou encerrá-la, argumentando que, apesar de serem doze açudes para definir a alocação, para aquele momento só seria realizado dos mais importantes. O Sr. Marx Carrieri perguntou quanto tempo tem levado essa discussão nas reuniões dos outros comitês, para que eles tenham uma idéia. O Sr. Marcos André informou que no comitê do Baixo Jaguaribe, por ser apenas um açude, foi rápido, entretanto, na reunião do CSBH Banabuiú, onde o número de reservatórios é aproximado com o do Médio Jaguaribe, a reunião começou às nove horas e terminou às duas e meia da tarde. Diante desta

informação os membros definiram pela não realização desta discussão, ficando para o próximo ano. Portanto, no final da reunião foram feitos os informes. O Sr. Lurivan Miranda comunicou que na reunião do grupo de articuladores do mês de dezembro de 2006 foram apresentados os recursos disponíveis para os comitês, no ano de 2007, e deixou o material contendo os valores destinados ao CSBH Médio Jaguaribe para ser distribuído com os seus membros. Já o Sr. Marcos André reforçou o convite para o XIV Seminário de Planejamento e Alocação das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú e a reunião ordinária, onde todos já haviam recebido o convite, que será realizado no dia 15 de junho de 2007, pela manhã e tarde, respectivamente, relatando que a pauta da reunião ordinária, foi baseada na necessidade de se discutir com o comitê propostas e ações (obras, serviços, estudos, etc) à nossa sub-bacia, se possível, discutidas com suas bases e que sejam de grande importância para o desenvolvimento de nossa região, para ser incluídos na elaboração do Plano Plurianual do Ceará. Informando que essa exigência foi feita pelo governador, que solicitou a participação dos Comitês de Bacias na elaboração deste plano, e repassado através do Secretário dos Recursos Hídricos, Sr. César Augusto Pinheiro, na última reunião do grupo de articuladores, ocorrida no dia 29 de junho, em Fortaleza, sendo que todos os comitês devem enviar estas sugestões até o início de julho junto à Secretaria dos Recursos Hídricos para que seja entregue ao governo do Estado. Comunicou, ainda, que a reunião do CSBH Baixo Jaguaribe será realizada também na tarde daquele dia para aproveitar a presença dos membros no seminário, destacando que ainda não se sabe se as duas reuniões serão juntas num mesmo espaço ou em salas diferentes. Sendo sugerido pelos representantes do Médio Jaguaribe que seja separado, pois são sub-bacias diferentes e cada uma tem as suas reivindicações e propostas. Portanto, ficou assim acordado e o técnico da COGERH reforçou a importância da presença de todos. Em seguida o presidente do comitê, Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro, juntamente com os demais integrantes da diretoria encerrou a reunião. Nada mais havendo a se tratar e dando-se por concluída esta reunião, eu, Vandebergue Martins Chaves, Secretário Administrativo do comitê, declaro encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros do CSBH Médio Jaguaribe.